

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.446 - SP (2019/0316105-1)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : CAMILA ROCHA SCHWENCK E OUTRO(S) - SP228260**  
**RECORRIDO : COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS PORTOBRÁS LTDA**  
**ADVOGADOS : SUZANA CREMM - SP262474**  
**ALINE VISINTIN - SP305934**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS POSSIBILIDADE Na exceção de pré-executividade, os honorários advocatícios sucumbenciais são cabíveis somente em caso de acolhimento do pedido, ainda que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal ou redução de seu valor Exceção acolhida pelo Juízo de origem, razão pela qual impositivo a condenação em honorários em favor do excipiente - Decisão reformada nesse aspecto, com fixação de honorários no percentual mínimo previsto no artigo 85, § 3º, CPC/2015. Agravo provido" (fl. 29e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 46/55e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS - POSSIBILIDADE - Na exceção de pré-executividade, os honorários advocatícios sucumbenciais são cabíveis somente em caso de acolhimento do pedido, ainda que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal ou redução de seu valor - Exceção acolhida pelo Juízo de origem, razão pela qual impositivo a condenação em honorários em favor do excipiente. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE INOCORRÊNCIA PREQUESTIONAMENTO Acórdão combatido que não apresenta omissão, contradição ou obscuridade para o acolhimento dos embargos - Propósito de modificação do julgado

# *Superior Tribunal de Justiça*

Inviabilidade Prequestionamento - Desnecessidade de manifestação expressa à lei ou dispositivos constitucionais nos fundamentos do acórdão a viabilizar a interposição de recurso aos Tribunais Superiores - Decisão deve conter fundamentos jurídicos em que se fundamenta Prescindível a menção de dispositivos legais - Decisão mantida. Embargos rejeitados" (fl. 59e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação ao art. 85 do CPC/2015, sustentando o seguinte:

"Ora, da simples leitura do disposto no 'caput' do artigo 85 do CPC/2015, percebe-se que a imposição de condenação em honorários advocatícios depende da existência de sentença.

O artigo 203 do Código de Processo Civil dispõe quais são e a natureza jurídica dos pronunciamentos do Magistrado:

(...)

Da leitura do disposto no artigo 203, percebe-se que a decisão que substituiu um índice de juros (o fixado pela Lei Estadual nº 13.918/2009) por outro (o determinado pela taxa Selic) não tem natureza de sentença uma vez que não houve extinção parcial ou total da ação de execução fiscal.

LOGO, INCABÍVEL A CONDENAÇÃO DA FESP AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ARTIGO 85 DO CPC.

NÃO SE PODE CONFUNDIR ACOLHIMENTO PARCIAL DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE (que ocorreu no caso em questão) COM EXTINÇÃO (PARCIAL OU TOTAL) DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL (que NÃO ocorreu no caso em questão).

Nos termos do artigo 85 do CPC, não cabe imposição de condenação em honorários advocatícios quando se acolhe pedido formulado em exceção de pré- executividade sem extinção (total ou parcial) do feito (quando se acolhe exceção de pré-executividade extinguindo-se, total ou parcialmente, o feito, por óbvio, cabe condenação nas verbas de sucumbência, especialmente em honorários advocatícios).

Logo, a toda evidência, verifica-se da leitura do v. acórdão recorrido a contrariedade ao disposto no artigo 85 do Código de Processo Civil, o que autoriza a interposição do presente recurso especial (artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal)" (fls. 40/41e).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, requer "seja recebido, conhecido e provido o presente recurso especial, reformando-se o v. acórdão local para excluir a verba honorária por ele fixada" (fl. 44e).

Contrarrazões a fls. 69/80e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 91/92e).

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem, ao solucionar a controvérsia, assim se pronunciou:

"A questão nevrálgica dos autos é saber se deve haver condenação em honorários advocatícios quando o acolhimento da exceção de pré-executividade não acarreta a extinção do processo, mas apenas o recálculo do débito.

No que respeita aos honorários advocatícios sucumbenciais na exceção de pré-executividade, destaco que, quando ocorrer o acolhimento do pedido, mostra-se viável a fixação de tal verba, ainda que não seja extinta a execução.

No caso em apreço, o julgador singular entendeu por acolher a exceção de pré-executividade, mas deixou de fixar de honorários em desfavor da Fazenda Pública.

Ora, ao exigir juros moratórios em desconformidade com a legislação federal, a Fazenda ensejou a contratação de advogado para a postulação da medida cabível. Assim, pelo princípio da causalidade, não há como eximi-la da condenação na verba honorária.

Tal entendimento encontra respaldo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Ressalte-se, ainda, o entendimento firmado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, de possibilidade de condenação à verba honorária no caso do provimento da exceção de pré-executividade, ainda que esta resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal ou redução de seu valor:

(...)

Assim, uma vez acolhida a exceção é caso de fixar os honorários no percentual mínimo equivalente à faixa prevista no artigo 85, § 3º, do CPC/ 2015, calculado sobre a diferença entre o valor exigido pelo Fisco Estadual e o valor apurado sem a incidência dos juros da Lei Estadual 13.918/ 09.

Diante do exposto, voto para dar provimento ao recurso, fixando-se honorários no percentual mínimo previsto no artigo 85, § 3º, do CPC/ 2015" (fls. 30/32e).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, este Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência consolidada no sentido de que "o acolhimento do incidente de exceção de pré-executividade, mesmo que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal, dá ensejo à condenação na verba honorária proporcional à parte excluída do feito executivo" (STJ, AgRg no REsp 1.085.980/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 6/8/2009).

Ainda nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A fixação da verba sucumbencial é cabível quando a procedência do incidente de exceção de pré-executividade resultar na extinção parcial da dívida ou na redução do valor. **Jurisprudência do STJ.**

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1326400/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - Desembagador Federal Convocado do TRF da 5ª Região), QUARTA TURMA, DJe de 09/02/2018).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.

1. O julgamento monocrático do recurso especial, com base em verbete sumular e na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, como ocorre na espécie, não constitui ofensa ao princípio da colegialidade, nos termos do art. 932, IV, 'a', do CPC/2015 e da Súmula 568/STJ.

2. **Consoante a pacífica jurisprudência desta Corte Superior, 'o acolhimento do incidente de exceção de pré-executividade, mesmo que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal, dá ensejo à condenação na verba honorária proporcional à parte excluída do feito executivo'** (AgRg no REsp 1.085.980/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2009).

3. Considerando que a execução fiscal foi parcialmente extinta por

# *Superior Tribunal de Justiça*

meio de exceção de pré-executividade e diante da pouca complexidade da matéria, entendo adequados os honorários advocatícios fixados no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.228.362/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/08/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. A Corte local, em relação à questão da verba sucumbencial, entendeu que o cabimento de honorários advocatícios, em exceção de pré-executividade, são devidos somente se esta resultar na extinção da execução fiscal.

**2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de ser cabível a fixação de honorários de sucumbência quando a Exceção de Pré-Executividade for acolhida para extinguir total ou parcialmente a execução, em homenagem aos princípios da causalidade e da sucumbência.**

3. Assim sendo, merece reforma o acórdão recorrido visto que em dissonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior.

4. Recurso Especial provido determinando o retorno dos autos à instância de origem, para que seja estipulado, à luz dos elementos probatórios dos autos, o quantum devido a título de verba honorária" (STJ, REsp 1.646.557/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/04/2017).

"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firme no sentido de ser cabível a condenação em honorários em exceção de pré-executividade, ainda que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal. [...]** 3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.616.217/SP, Rel. Min. SERGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/11/2016).

Assim, tendo a parte logrado êxito em reduzir o montante a ser executado, era mesmo de rigor o arbitramento de honorários advocatícios proporcional ao valor

# *Superior Tribunal de Justiça*

excluído.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora